



A BANCADA EVANGÉLICA E SEU PROJETO DE PODER: REFLEXÕES A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT

DOI: 10.5281/zenodo.12752755

José Ronaldo da Silva Bezerra¹

RESUMO

A bancada evangélica no Brasil emerge como um dos grupos mais influentes no cenário político contemporâneo, mobilizando seu poder e influência para promover uma agenda que reflete os valores e interesses de suas comunidades religiosas. Composta por parlamentares evangélicos, essa bancada utiliza estratégias discursivas e normativas para moldar comportamentos e subjetividades, conforme analisado sob a perspectiva teórica de Michel Foucault, especialmente suas reflexões sobre poder, biopolítica e governamentalidade. Foucault argumenta que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, manifestando-se através da produção de saberes, normas e práticas. A bancada evangélica, ao legislar sobre questões como educação, saúde e família, busca moldar a sociedade de acordo com suas convicções religiosas, exemplificando a biopolítica foucaultiana que regula a vida e o corpo dos indivíduos. A tentativa de influenciar o currículo escolar e a promoção de políticas públicas de saúde baseadas em preceitos religiosos são práticas que exemplificam essa dinâmica. Além disso, a formação de alianças estratégicas com outros grupos políticos, econômicos e midiáticos amplifica o alcance e a influência da bancada, conectando-a a movimentos globais. Essa atuação pode ser vista como uma forma de resistência à hegemonia secular, desafiando narrativas laicas e científicas predominantes. A bancada evangélica não apenas influencia políticas públicas, mas também molda identidades e subjetividades, utilizando estratégias de comunicação sofisticadas para disseminar suas mensagens. Assim, a compreensão dessas dinâmicas é crucial para entender as transformações que a bancada evangélica busca implementar na sociedade brasileira.

Palavras-chave: bancada evangélica, poder, biopolítica, governamentalidade, Michel Foucault, políticas públicas, alianças estratégicas, subjetividades.

¹Doutor em educação CBS/Ufal; Professor da rede municipal de junco do Seridó/PB e Carnaúba dos dantas/RN; professor12.jose@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0009-6929-053X>.



INTRODUÇÃO

A bancada evangélica no Brasil representa um dos grupos mais influentes no cenário político atual, exercendo um papel significativo na formulação e implementação de políticas públicas. Este grupo, composto por parlamentares que se identificam como evangélicos, busca defender e promover os valores e interesses de suas comunidades religiosas. No entanto, para além das questões religiosas, a atuação dessa bancada pode ser compreendida como parte de um projeto de poder mais amplo, que se articula através de mecanismos de controle e influência sobre diversas esferas da sociedade. Para analisar essa dinâmica, é pertinente recorrer às reflexões do filósofo francês Michel Foucault, cujas teorias sobre poder, controle e biopolítica oferecem um arcabouço teórico robusto para entender as estratégias de dominação e governança.

Foucault propõe que o poder não se exerce apenas através de instituições tradicionais, como o Estado, mas também permeia o tecido social, sendo exercido em múltiplos níveis e através de diversos dispositivos. A bancada evangélica, ao adotar discursos e práticas que visam moldar comportamentos e normatizar condutas, pode ser vista como um exemplo contemporâneo do que Foucault descreve como biopolítica. Essa forma de poder se preocupa em governar a vida, regulando aspectos que vão desde a moralidade até a saúde pública, passando pela educação e pela família. Através de suas iniciativas legislativas e de sua presença midiática, os membros da bancada evangélica buscam influenciar diretamente a vida dos cidadãos, promovendo uma agenda que reflete suas convicções religiosas.

Um dos aspectos centrais da teoria foucaultiana é a noção de que o poder produz saberes e, reciprocamente, os saberes produzem poder. Nesse sentido, a bancada evangélica não apenas exerce influência política, mas também se empenha em moldar o campo do conhecimento, especialmente em áreas como a educação e a ciência. Ao promover pautas como o ensino do criacionismo nas escolas e a contestação de temas como a teoria de gênero e a sexualidade, esse grupo busca legitimar um conjunto de saberes que sustentem suas visões de mundo. Esse movimento pode ser interpretado como uma forma de resistência e



contestação ao que percebem como hegemonia dos saberes laicos e científicos, buscando substituir essas narrativas por outras que reforcem sua própria autoridade moral e epistemológica.

A estratégia de poder da bancada evangélica também pode ser analisada através do conceito de governamentalidade, desenvolvido por Foucault. Este conceito se refere às formas de conduzir a conduta das pessoas, não apenas através de leis e coerção direta, mas também através de práticas discursivas e normativas que orientam o comportamento. A bancada evangélica utiliza-se de uma retórica moralizante, que busca construir uma ideia de cidadania baseada em preceitos religiosos, influenciando assim as práticas e atitudes dos indivíduos. Através de uma presença constante na mídia e de um discurso que apela aos valores familiares e tradicionais, esses parlamentares conseguem mobilizar um amplo apoio popular, que legitima suas ações no campo político.

DESENVOLVIMENTO

A bancada evangélica tem se destacado no cenário político brasileiro como um dos grupos mais influentes e articulados. Este grupo, composto por parlamentares que se identificam como evangélicos, tem utilizado seu poder e influência para promover uma agenda que reflete os valores e interesses de suas comunidades religiosas (NUNES, 2006; SOUZA, 2011). A análise da atuação dessa bancada pode ser enriquecida pela perspectiva teórica de Michel Foucault, especialmente suas reflexões sobre poder, biopolítica e governamentalidade. Através dessas lentes, pode-se entender melhor como a bancada evangélica articula seu projeto de poder e quais são as implicações dessa atuação para a sociedade brasileira (NUNES, 2006; ORLANDI, 2015).

Foucault argumenta que o poder não é apenas uma força repressiva, mas também produtiva (NERY, 2001; KUSS, 2017). Ele não se exerce apenas através da coerção, mas também através da produção de saberes, normas e práticas que moldam a conduta dos indivíduos (SILVA et al., 2010; GABATZ, 2017). Nesse sentido, a bancada evangélica exerce



poder ao promover certos discursos e práticas que buscam normatizar comportamentos e valores (ORLANDI, 2015; ROSA, 2015). Ao legislar sobre questões como educação, saúde e família, esse grupo busca moldar a sociedade de acordo com suas convicções religiosas. Isso se alinha com a ideia de biopolítica de Foucault, que se refere à forma como o poder se exerce sobre a vida e o corpo dos indivíduos, regulando aspectos que vão desde a moralidade até a saúde pública (ROBERTO, 2017; ROCHA, 2014).

Um exemplo claro dessa biopolítica é a tentativa da bancada evangélica de influenciar o currículo escolar (LUQUES, 2010; NERY, 2001). Propostas como o ensino do criacionismo nas escolas e a oposição à teoria de gênero refletem uma tentativa de moldar o campo do conhecimento de acordo com suas crenças religiosas (SOUZA, 2011; BAPTISTA, 2009). Foucault ajuda a entender que essas iniciativas não são apenas uma disputa de narrativas, mas uma forma de exercer poder sobre a formação das subjetividades (LAPLANTINE, 1997; SILVA et al., 2010). Ao promover um determinado conjunto de saberes, a bancada evangélica busca legitimar uma visão de mundo que reforça sua autoridade moral e epistemológica, ao mesmo tempo em que contesta o que percebem como a hegemonia dos saberes laicos e científicos (NUNES, 2006; ORLANDI, 2015).

Além do campo educacional, a bancada evangélica tem se destacado em debates sobre a moralidade pública (ROSA, 2015; NERY, 2001). Questões como a legalização do aborto, a criminalização da homofobia e a regulamentação de substâncias psicoativas são exemplos de temas em que a bancada evangélica se posiciona de maneira conservadora (SOUZA, 2011; BAPTISTA, 2009). Foucault argumenta que o poder se manifesta não apenas através de instituições formais, mas também através de práticas discursivas que normatizam o comportamento (LUQUES, 2010; SILVA et al., 2010). A bancada evangélica utiliza-se de uma retórica moralizante, que busca construir uma ideia de cidadania baseada em preceitos religiosos (ROBERTO, 2017; GABATZ, 2017). Isso é visível em suas campanhas políticas e na forma como articulam seu discurso na mídia, mobilizando um amplo apoio popular que legitima suas ações (ROCHA, 2014; KUSS, 2017).



Essa articulação discursiva é acompanhada por estratégias de governamentalidade, um conceito foucaultiano que se refere às formas de conduzir a conduta das pessoas (NUNES, 2006; SOUZA, 2011). A bancada evangélica não se limita a propor leis, mas também busca influenciar comportamentos e atitudes através de práticas normativas (ORLANDI, 2015; ROSA, 2015). A promoção de valores tradicionais de família, por exemplo, é uma forma de governamentalidade que visa orientar a conduta dos indivíduos de acordo com uma moralidade específica (SILVA et al., 2010; GABATZ, 2017). Isso se manifesta em campanhas contra a "ideologia de gênero" e em defesa do que chamam de "valores familiares" (ROBERTO, 2017; ROCHA, 2014). Essas iniciativas buscam não apenas a adesão a uma moralidade específica, mas também a construção de uma identidade política que reforça a posição de poder da bancada evangélica (KUSS, 2017; LAPLANTINE, 1997).

A influência da bancada evangélica não se restringe ao campo moral e educativo, mas também se estende à política pública de saúde (LUQUES, 2010; NERY, 2001). A oposição ao aborto e a promoção de políticas de abstinência sexual são exemplos de como esse grupo busca influenciar a saúde pública de acordo com suas convicções religiosas (SOUZA, 2011; BAPTISTA, 2009). Foucault ajuda a entender que essas iniciativas fazem parte de uma biopolítica que regula a vida e o corpo dos indivíduos (ROSA, 2015; SILVA et al., 2010). Ao promover uma visão de saúde baseada em preceitos religiosos, a bancada evangélica busca moldar as políticas de saúde de maneira que reflitam seus valores, exercendo assim um controle sobre a vida e a reprodução dos indivíduos (ROBERTO, 2017; GABATZ, 2017).

A estratégia de poder da bancada evangélica também envolve a formação de alianças estratégicas com outros grupos políticos e sociais (ROCHA, 2014; KUSS, 2017). Foucault argumenta que o poder opera em redes e através de alianças, e a bancada evangélica tem demonstrado habilidade em formar coalizões que ampliam seu alcance e influência (NUNES, 2006; ORLANDI, 2015). Essas alianças não são apenas políticas, mas também econômicas e midiáticas (SOUZA, 2011; BAPTISTA, 2009). Ao se posicionarem como defensores de uma moralidade cristã, os parlamentares evangélicos conseguem atrair o apoio de setores empresariais e midiáticos que compartilham ou se beneficiam de suas agendas (SILVA et al.,



2010; GABATZ, 2017). Isso demonstra uma compreensão sofisticada das dinâmicas do poder contemporâneo, onde o poder se exerce através de múltiplas redes e práticas (ROBERTO, 2017; ROCHA, 2014).

Além das alianças nacionais, a bancada evangélica também se conecta a movimentos religiosos e políticos globais (ROSA, 2015; LAPLANTINE, 1997). Essa interconexão reforça a ideia foucaultiana de que o poder opera em múltiplas escalas e através de diversas práticas e discursos (NERY, 2001; LUQUES, 2010). Ao participar de redes internacionais de igrejas e organizações evangélicas, a bancada evangélica amplia seu repertório de estratégias e consolida sua posição tanto no âmbito local quanto global (NUNES, 2006; SILVA et al., 2010). Essa dinâmica ressalta a pertinência das análises foucaultianas, que permitem compreender como o poder se articula de maneira complexa e multifacetada, atravessando fronteiras e influenciando diversos aspectos da vida social e política (SOUZA, 2011; BAPTISTA, 2009).

A atuação da bancada evangélica também pode ser vista como uma forma de resistência e contestação ao que percebem como uma hegemonia secular (ORLANDI, 2015; GABATZ, 2017). Foucault argumenta que onde há poder, há resistência, e a bancada evangélica se posiciona como uma força contrária às narrativas laicas e científicas que predominam em certos setores da sociedade (ROBERTO, 2017; ROCHA, 2014). Ao promover uma agenda baseada em preceitos religiosos, esse grupo busca desafiar e desestabilizar o que percebem como uma dominação cultural secular (KUSS, 2017; LAPLANTINE, 1997). Isso se manifesta em debates sobre temas como direitos LGBTQ+, educação sexual e políticas de saúde reprodutiva, onde a bancada evangélica se posiciona de maneira contrária às abordagens mais progressistas (NERY, 2001; LUQUES, 2010).

Um aspecto importante da teoria de Foucault é a ideia de que o poder produz subjetividades (NUNES, 2006; SILVA et al., 2010). A bancada evangélica, ao promover uma visão de mundo baseada em valores religiosos, busca não apenas influenciar políticas públicas, mas também moldar a identidade e a subjetividade dos cidadãos (SOUZA, 2011; BAPTISTA, 2009). Isso se manifesta em campanhas que promovem uma determinada visão



de família, de moralidade e de cidadania (ORLANDI, 2015; GABATZ, 2017). Ao fazer isso, a bancada evangélica está exercendo um tipo de biopoder que visa moldar as formas de ser e agir dos indivíduos de acordo com uma moralidade específica (ROBERTO, 2017; ROCHA, 2014). Esse processo de formação de subjetividades é uma forma poderosa de controle social, que vai além da simples imposição de normas legais (KUSS, 2017; LAPLANTINE, 1997).

A bancada evangélica também utiliza estratégias de comunicação sofisticadas para promover sua agenda (NERY, 2001; LUQUES, 2010). Foucault argumenta que o poder se exerce através de práticas discursivas, e a bancada evangélica tem mostrado habilidade em utilizar a mídia para moldar o discurso público (NUNES, 2006; ORLANDI, 2015). Através de programas de televisão, rádio e redes sociais, esse grupo consegue disseminar suas mensagens de maneira eficaz, influenciando a opinião pública e mobilizando apoio para suas causas (SOUZA, 2011; BAPTISTA, 2009). Essa capacidade de moldar o discurso público é uma forma poderosa de exercer poder, que complementa suas atividades legislativas e de lobby (SILVA et al., 2010; GABATZ, 2017).

A estratégia de poder da bancada evangélica também envolve a formação de alianças estratégicas com outros grupos políticos e sociais (ROCHA, 2014; KUSS, 2017). Foucault argumenta que o poder opera em redes e através de alianças, e a bancada evangélica tem demonstrado habilidade em formar coalizões que ampliam seu alcance e influência (NUNES, 2006; ORLANDI, 2015). Essas alianças não são apenas políticas, mas também econômicas e midiáticas (SOUZA, 2011; BAPTISTA, 2009). Ao se posicionarem como defensores de uma moralidade cristã, os parlamentares evangélicos conseguem atrair o apoio de setores empresariais e midiáticos que compartilham ou se beneficiam de suas agendas (SILVA et al., 2010; GABATZ, 2017). Isso demonstra uma compreensão sofisticada das dinâmicas do poder contemporâneo, onde o poder se exerce através de múltiplas redes e práticas (ROBERTO, 2017; ROCHA, 2014).

Além das alianças nacionais, a bancada evangélica também se conecta a movimentos religiosos e políticos globais (ROSA, 2015; LAPLANTINE, 1997). Essa interconexão reforça a ideia foucaultiana de que o poder opera em múltiplas escalas e através de diversas práticas e



discursos (NERY, 2001; LUQUES, 2010). Ao participar de redes internacionais de igrejas e organizações evangélicas, a bancada evangélica amplia seu repertório de estratégias e consolida sua posição tanto no âmbito local quanto global (NUNES, 2006; SILVA et al., 2010). Essa dinâmica ressalta a pertinência das análises foucaultianas, que permitem compreender como o poder se articula de maneira complexa e multifacetada, atravessando fronteiras e influenciando diversos aspectos da vida social e política (SOUZA, 2011; BAPTISTA, 2009).

A atuação da bancada evangélica também pode ser vista como uma forma de resistência e contestação ao que percebem como uma hegemonia secular (ORLANDI, 2015; GABATZ, 2017). Foucault argumenta que onde há poder, há resistência, e a bancada evangélica se posiciona como uma força contrária às narrativas laicas e científicas que predominam em certos setores da sociedade (ROBERTO, 2017; ROCHA, 2014). Ao promover uma agenda baseada em preceitos religiosos, esse grupo busca desafiar e desestabilizar o que percebem como uma dominação cultural secular (KUSS, 2017; LAPLANTINE, 1997). Isso se manifesta em debates sobre temas como direitos LGBTQ+, educação sexual e políticas de saúde reprodutiva, onde a bancada evangélica se posiciona de maneira contrária às abordagens mais progressistas (NERY, 2001; LUQUES, 2010).

Um aspecto importante da teoria de Foucault é a ideia de que o poder produz subjetividades (NUNES, 2006; SILVA et al., 2010). A bancada evangélica, ao promover uma visão de mundo baseada em valores religiosos, busca não apenas influenciar políticas públicas, mas também moldar a identidade e a subjetividade dos cidadãos (SOUZA, 2011; BAPTISTA, 2009). Isso se manifesta em campanhas que promovem uma determinada visão de família, de moralidade e de cidadania (ORLANDI, 2015; GABATZ, 2017). Ao fazer isso, a bancada evangélica está exercendo um tipo de biopoder que visa moldar as formas de ser e agir dos indivíduos de acordo com uma moralidade específica (ROBERTO, 2017; ROCHA, 2014). Esse processo de formação de subjetividades é uma forma poderosa de controle social, que vai além da simples imposição de normas legais (KUSS, 2017; LAPLANTINE, 1997).



A bancada evangélica também utiliza estratégias de comunicação sofisticadas para promover sua agenda (NERY, 2001; LUQUES, 2010). Foucault argumenta que o poder se exerce através de práticas discursivas, e a bancada evangélica tem mostrado habilidade em utilizar a mídia para moldar o discurso público (NUNES, 2006; ORLANDI, 2015). Através de programas de televisão, rádio e redes sociais, esse grupo consegue disseminar suas mensagens de maneira eficaz, influenciando a opinião pública e mobilizando apoio para suas causas (SOUZA, 2011; BAPTISTA, 2009). Essa capacidade de moldar o discurso público é uma forma poderosa de exercer poder, que complementa suas atividades legislativas e de lobby (SILVA et al., 2010; GABATZ, 2017).

A relação entre poder e saber é central para a teoria de Foucault, e a bancada evangélica busca legitimar sua autoridade através da produção e promoção de certos saberes (ROBERTO, 2017; ROCHA, 2014). Isso é evidente em iniciativas que buscam influenciar o currículo escolar, a pesquisa científica e as políticas de saúde (ROSA, 2015; NERY, 2001). Ao promover uma visão de mundo baseada em preceitos religiosos, a bancada evangélica busca não apenas exercer poder político, mas também moldar o campo do conhecimento de maneira que legitime suas convicções (LUQUES, 2010; NUNES, 2006). Isso é uma forma de biopoder, onde o controle sobre a vida dos indivíduos é exercido através da produção e disseminação de saberes que normatizam comportamentos e valores (ORLANDI, 2015; SILVA et al., 2010).

CONCLUSÃO

A análise da atuação da bancada evangélica através das lentes das teorias de Michel Foucault revela uma complexa rede de poder que vai além da simples influência política. A bancada evangélica utiliza uma combinação de estratégias discursivas, normativas e biopolíticas para moldar comportamentos e subjetividades de acordo com seus valores religiosos. Isso inclui a tentativa de influenciar o currículo escolar, a promoção de políticas públicas de saúde baseadas em preceitos religiosos e a construção de uma identidade política



que reforça sua autoridade moral. Essas práticas mostram como o poder pode ser exercido de maneira capilar, permeando diversas esferas da vida social e institucional.

Além disso, a formação de alianças estratégicas com outros grupos políticos, econômicos e midiáticos demonstra a habilidade da bancada evangélica em expandir seu alcance e influência. Essas alianças não só fortalecem sua posição no cenário nacional, mas também conectam a bancada a movimentos globais, ampliando seu repertório de estratégias e consolidando sua agenda em múltiplas escalas. Esse processo reflete a ideia foucaultiana de que o poder é algo relacional e dinâmico, exercido através de uma rede de relações e práticas que se reforçam mutuamente.

Por fim, a atuação da bancada evangélica pode ser vista como uma resposta e resistência ao que percebem como uma hegemonia secular. Ao promover uma agenda baseada em preceitos religiosos, a bancada evangélica desafia e busca desestabilizar as narrativas laicas e científicas predominantes, exercendo uma forma de biopoder que visa moldar a identidade e a conduta dos indivíduos. A compreensão dessa dinâmica de poder e resistência é crucial para entender as profundas transformações que a bancada evangélica busca implementar na sociedade brasileira e os desafios que essas mudanças representam para a convivência democrática e a pluralidade de valores.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Saulo. Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

GABATZ, Celso. O neopentecostalismo e a teologia da prosperidade no Brasil: aspectos de uma identidade religiosa e social na contemporaneidade. 2017. 171 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

KUSS, Cibele. Volta Dilma, Volta Democracia!. In: PAZ, Nivia Ivette Núñez de La; BENCKE, Romi (Orgs.). Presidenta Dilma: em sororidade mulheres resgatam a história. São Leopoldo: Karywa, 2017.

LAPLANTINE, François. O que é imaginário. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LUQUES, Solange Ugo. Metáfora e argumentação: uma análise crítica do discurso político. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas e Vernáculas) - Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NERY, Maria Clara Ramos. A teodiceia da IURD, a mudança da representação e padrões comportamentais de seus crentes e/ou de adeptos. 2001. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/77819>. Acesso em: 4 jul. 2024.

NUNES, T. D. O crescimento das igrejas neopentecostais no Brasil: um olhar sobre a política da Igreja Universal. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 35, ano 19, p. 127-132, 2006.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso, Princípios e Procedimentos. 12ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ROBERTO, Maria de Iós Angeles. Deus é golpista e fala português. In: PAZ, Nivia Ivette Núñez de La; BENCKE, Romi Márcia (Orgs.). Presidenta Dilma: em sororidade mulheres resgatam a história. São Leopoldo: Karywa, 2017.

ROCHA, Eliane Mello Rezende. Direitos fundamentais e comunicação social: carisma, magia, marketing e religião na Igreja Mundial do Poder de Deus. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

ROSA, Wanderley Pereira da. Por uma fé encarnada: teologia social e política no protestantismo brasileiro. 2015. 298 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira (Orgs.). Religião e Sociedade na América Latina. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

SOUZA, Julio Cesar Pereira de. Voto: uma oferta de fé. O poder simbólico dos líderes religiosos e o comportamento eleitoral dos membros da igreja evangélica. 2011. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

Recebido em: 30/05/2024

Aprovado em: 19/06/2024

Publicado em: 16/07/2024